

CONSUMO ET CIRCENSES E A POLÍTICA DE EVENTOS

CONSUMPTION ET CIRCENSES AND THE EVETNS POLICY

Fábio Vicente Gonçalves Queiroz
FEBF/UERJ
Elisa Maria dos Anjos
Unitins

Resumo: Este trabalho tem por objetivo analisar os usos e as formas de apropriação de uma biblioteca pública, localizada no subúrbio da cidade do Rio de Janeiro. A partir da observação direta e do trabalho de campo de caráter etnográfico, buscou-se evidenciar a dimensão dos conflitos advindos das distintas formas de representação e apropriação de um equipamento público de uso coletivo, num contexto periférico. O espaço em questão, por localizar-se no limite entre o bairro formal e a favela, se apresenta como um locus privilegiado de observação das distintas formas de apropriação não só do acervo literário disponibilizado como também das distintas práticas de uso do espaço e representações sociais em jogo, sobretudo, a partir das oposições entre bairro e favela, centro-periferia, público-privado, cultura de elite - cultura popular, que se manifestam em situações de exclusão e conflito, um ponto de observação e reflexão crítica das relações sociais ali vivenciadas cotidianamente. Nesse contexto, busca-se também analisar o aspecto transmissionista de uma “cultura de eventos” e o circuito de interações que constroem e desconstroem simultaneamente sujeitos, usuários, consumidores e estratégias educacionais.

Palavras-chave: Biblioteca pública. Política Cultural. Conflito. Periferia.

Abstract: This work aims to analyze the uses and forms of appropriation of a public library, located in the suburb of the city of Rio de Janeiro. From direct observation and ethnographic fieldwork, it sought to highlight the dimension of conflicts arising from different forms of representation and appropriation of public equipment for collective use in a peripheral context. The space in question, because it is located at the boundary between the formal neighborhood and the slum, presents itself as a privileged locus of observation of different forms of ownership not only of the literary collection available as well as the different use of space and social representation practices in play, especially from the opposition between neighborhood-slum, center and periphery, public-private, elite culture - popular culture, manifested in situations of exclusion and conflict, a point of observation and critical reflection of social relations there experienced daily. In this context, the aim is also to analyze the transmissionist aspect of a “culture events” and the circuit interactions that construct and deconstruct both subjects, users, consumers and educational strategies.

Key-Words: Public Library; Cultural Policy; Conflict; Periphery.

Introdução

Este trabalho dialoga com questionamentos propostos durante a construção da dissertação de mestrado, apresentada junto ao programa de Educação, Cultura e Comunicação em periferias Urbanas, defendida junto à Faculdade de Educação da Baixada Fluminense, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro - UERJ. Este estudo apresentou uma perspectiva da trajetória da Biblioteca do Dique, equipamento urbano da Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro - localizada no bairro de Jardim América, na zona Norte da cidade - particularmente, no que diz respeito às atividades nela realizadas, às formas de apropriação do espaço pelos usuários e a interface com perspectivas não formais e formais de processos de aprendizagem.

Antes de tudo é importante reafirmar que a biblioteca que discutimos¹ é a biblioteca que congrega os significados de uma instituição com o perfil escolar, público e comunitário. Nesse presente caso, algumas formas de resignificação puderam consolidar-se, por se tratar de uma unidade situada em uma área de periferia da cidade e ter sido edificada através do Programa Favela Bairro², para atender o público da comunidade que lhe concede o nome. Isso porque tais espaços poderiam estar sujeitos a outras apropriações, a outros usos e outros olhares, de acordo com a especificidade dos lugares que representam. Portanto, lugares que também poderiam ser entendidos como “espaços” de socialização e produção cultural, ampliando os significados de “uso” para este frequentador, que não é necessariamente um leitor, embora se apresente como

¹ Não proponho, neste argumento, a discussão sobre outros tipos de biblioteca, como a universitária, por exemplo.

² Projeto de intervenção urbanística realizado pela Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro. A referida biblioteca fora inaugurada em 13/06/2001.

demandante de inclusão cultural.

A discussão sobre o item das políticas locais evidencia o marco referencial de “fazer” cultura através das políticas e ações estatais³. Mais adiante o enfoque será outro, quando nos referirmos as ações que são exercidas pelos atores sociais, no tocante as demandas do social.

Neste item, portanto, procurarei analisar as políticas públicas considerando o caso particular da Biblioteca do Dique e a rede de bibliotecas do Município do Rio de Janeiro, como estudo de caso, numa perspectiva mais focalizada entre a esfera das secretarias de Cultura e Educação. Para fomentar tal objetivo, apresentarei algumas observações sobre campanhas institucionais, como a Paixão de Ler e o Viradão Carioca, as principais iniciativas de intervenção desta municipalidade e seus efeitos.

A cultura como direito de todos está inscrita na Declaração Universal dos Direitos Humanos e, no Brasil, é reafirmada na Constituição de 1988, no artigo 215: “O Estado garantirá a todos o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional, e apoiará e incentivará a valorização e a difusão das manifestações culturais”. No entanto, é por meio das políticas públicas que garantiremos a cultura como direito de todos (MACHADO, 2010, p. 97).

Inicialmente, devemos considerar que

A sociedade em geral costuma relacionar as bibliotecas públicas à área de Educação. No entanto, elas estão inseridas institucionalmente na área de Cultura. Portanto, são as políticas culturais que, por meio de sua administração pública e do conjunto de leis e regulamentações, buscam caminhos para o fortalecimento dessas bibliotecas e o estabelecimento de ações de longo alcance, com caráter permanente (MACHADO, 2010, p. 97).

Neste sentido, enquanto investimento cultural da Secretaria Municipal de Cultura, a Campanha Paixão de Ler⁴ de 2011, escalou como evento para a Biblioteca do Dique, uma Oficina de Poesia, no dia 04 de novembro. Nesse processo, chegamos a produzir um cartaz de divulgação, de forma autônoma – já que não foi entregue material de propaganda – e avisamos a alguns jovens e crianças sobre o evento. Entretanto, nenhum usuário compareceu no dia, mesmo contando com uma divulgação interna e uma campanha “boca-a-boca”.

Os eventos de caráter mais reflexivo e analítico, como palestras e cursos, embora constem da programação, mostraram-se efetivamente rarefeitos [...]. As bibliotecas populares registram atividades consideradas culturais: hora do conto, oficinas, exibição de filmes, palestras para a terceira idade,

³ Conforme Machado (2010, p. 97, Apud COELHO, 2004, p. 293): As políticas públicas culturais, especificamente, envolvem um conjunto de iniciativas que tem por objetivo “promover a produção, a distribuição e o uso da cultura, a preservação e divulgação do patrimônio histórico e o ordenamento do aparelho burocrático por elas responsável” (COELHO, 2004, p. 293). Essas iniciativas se apresentam na forma institucionalizada como leis, decretos, programas e projetos e na forma de ações propositivas.

⁴ “O objetivo maior da Campanha Paixão de Ler é promover a leitura, melhorando o acesso da população aos livros, estimulando a ida às bibliotecas e outros espaços culturais que realizam atividades relacionadas ao mundo literário e a outras áreas do conhecimento. O programa “Um Rio de livros um mar de leituras”, da Secretaria Municipal de Cultura, tem levado durante todo o ano atividades de contação de histórias, encontros com escritores e ilustradores, apresentações musicais, debates literários, troca-troca de livros e oficinas para as bibliotecas populares municipais, além de performances poéticas em estações do Metrô, roteiros literários e atividades de mediação de leitura em praças e parques da cidade”. Fonte: <http://paixaodeler.org>.

dentre outras. As atividades em destaque, de fato, dialogam com a cultura local?⁵.

O questionamento da fala em destaque é importante e deveria ser parte integrante da aferição qualitativa deste tipo de política pública. No caso, tal acontecimento denota, minimamente, uma desconexão entre os objetivos da campanha e o seu objeto. Os objetivos seriam aumentar o “consumo” da biblioteca e do hábito da leitura, através do seu principal produto, os livros. O objeto seria esse público consumidor.

A partir desta perspectiva seria fundamental construir uma reflexão sobre a política pública para a cultura local. Qual significado a poesia terá na perspectiva do usuário de uma biblioteca localizada em uma periferia urbana, dentro de um evento realizado em apenas um único dia?

Nada contra os excepcionais profissionais que emprestam sua energia para desenvolver atividades dentro das possibilidades que o *status quo* permite. Muito pelo contrário. Mas inferimos que as poucas pessoas que talvez tivessem um real interesse em fazer essa oficina, teriam que fazer uma enorme gentileza ao “destino”, para estarem disponíveis justamente naquele dia, naquele único momento em que, durante um ano inteiro, poderiam contar com tal atividade bem próxima a sua residência.

Desta forma, o Estado, através da sua política cultural nesta municipalidade, erigiu uma “Política de Eventos”⁶, que atende precariamente aos pressupostos do acesso à cultura. O exemplo apresentado demonstra que somente o acesso não basta. Isso porque, a seleção de “ofertas” culturais, quase sempre denota um determinismo sobre o tipo de “consumo” idealizado, desejado. Desta forma, o ponto de vista “transmissionista”, que inquieta o debate no campo teórico da comunicação⁷ e fornece argumentos para a crítica da relação professor-aluno na área da educação, no que também diz respeito à cultura, acaba por confinar público e alunos, como objetos sujeitados no processo.

Podemos compreender isso, porque a ação da política pública cultural não faz sentido para a grande maioria desse público em específico. Talvez, se fosse uma oficina de poesia-funk houvesse maior significado para tal “significante”. O funk é uma outra expressão. Para efeitos de política pública, não deveria ser tratado como uma cultura inferior à cultura erudita. Deveria ser considerado para compor o elenco de estratégias e ações. A cultura erudita não é a única, nem a possibilidade ulterior de leitura e compreensão do mundo.

A questão é que esses eventos são oferecidos, sem nenhuma preocupação com o *feedback* desses atores sociais, não sabemos se eles precisam disso ou daquilo, não se sabe o que gostariam de fato.

Tal como na ideia de “fracasso escolar”, a culpa por esse suposto “fracasso cultural” é do público. Assim como na culpabilização do aluno – por parte da escola – a culpa é desse público, que não tem “capital cultural” para acessar um livro, que “não gosta de ler”, que “não tem cultura”, que não tem “bagagem” para entender, que não tem discernimento para “apreciar o que é bom”.

Daqui em diante, passamos a designar esse tipo de investimento cultural massificado, rápido, itinerante e desvinculado, como “Política de Eventos”. Essa política é uma proposta que esvazia a produção de cultura, pois fixa o público na condição de espectador passivo, mero receptor daquilo que não elege. Só isso não basta, nesse contexto histórico. Seria importante considerar um investimento cultural mais qualitativo e permanente, incorporando as linguagens locais, ao realizar uma investigação antropológica dos hábitos e “usos”, na busca pela significação da cidadania cultural pautada pela autoria e coautoria. Conforme o argumento assentado na oportuna observação

5 Cf. a pesquisa “A rede de Bibliotecas Populares da Cidade do Rio de Janeiro e a Formação de Leitores” desenvolvida no curso de graduação da Universidade do Estado do Rio de Janeiro no período compreendido entre julho de 2004 a fevereiro de 2007. Disponível em: http://alb.com.br/arquivo-morto/edicoes_anteriores/anais16/sem02pdf/sm02ss08_02.pdf

6 De acordo com Canclini (1999, p. 42): “Há duas maneiras de interpretar o descontentamento [...] provocado pela globalização: [...] o fato de que o que possuem torna-se a cada instante obsoleto [...] cultura do efêmero [onde] as manifestações culturais foram submetidas aos valores que “dinamizam” o mercado e a moda [...] Por razões semelhantes a cultura política tornou-se errática [...] as decisões políticas e econômicas são tomadas em função das seduções imediatistas do consumo, o livre comércio sem memória de seus erros [...]”.

7 Conforme o argumento de pesquisadores como André Lemos (UFBA) e Alex Primo (UFRGS).

de Canclini: “[...] no momento em que estamos a ponto de sair do século XX as sociedades se reorganizam para fazer-nos consumidores do século XXI e, como cidadãos, levar-nos de volta ao século XVIII [...]” (1999, p.53).

Neste sentido, a avaliação preliminar destaca, que a proposta de intervenção daquela Secretaria esteve mais focalizada no evento, ou seja, numa “Política de Eventos” que tem uma natureza mais inconstante, descontínua e de curtíssimo prazo. A reflexão crítica à este tipo de intervenção, sugere um tipo de ação mais permanente, que dê conta da especificidade do lugar e esteja mais de acordo com o público frequentador, no sentido de que possa efetivamente inserí-lo numa ação cultural.

O projeto denominado Viradão Carioca apresenta uma série de eventos culturais a serem distribuídos pela cidade ao longo de um determinado período. Sua proposta é mais ampla ao oferecer inclusive, shows de grande porte, geralmente com artistas consagrados no meio musical.

No caso da Biblioteca do Dique, o evento mais preconizado é a Contação de Histórias. Ao longo deste período alguns grupos já se apresentaram na unidade, inclusive, mais de uma vez. A princípio, tal iniciativa estaria muito bem enquadrada na questão deste consumo, pois são atividades voltadas para um público infantil e que tem um caráter de interação. Entretanto, apesar de ter uma enorme importância, seria preciso avaliar se tal atividade é estritamente interativa, ou mais reativa.

Em 2010, durante um congresso no RJ sobre o setor, estabelecemos uma relação mais aproximada com a performance de alguns grupos e profissionais da contação. Eles supõem a realização da interatividade, só que, observo que ela age sobre si mesma: no caso a técnica da “provocação”, que leva a uma participação do público, não é apenas um recurso, acaba sendo um fim. Tem caráter quantitativo. Muitas vezes as histórias não são contextualizadas e o expectador simplesmente reage à provocação, as vezes sem entender o conteúdo⁸, como uma “claque” treinada. Acaba sendo mais acessório do espetáculo do que oportunidade interativa. É a técnica pela técnica, dentro da lógica do “aqui agora” da interatividade. Há um evidente risco de incorrer num pragmatismo: ao instituir o caráter potencial da Contação como solução, transforma um “meio” num “fim”.

Entretanto, um grupo mais “atento”, poderia contextualizar a história, antes e depois da apresentação. Pode perguntar “o que vocês acharam?” e se preocupar com as respostas, construindo uma nova interação, “mais interativa”, mais atualizada, depois de fechar as cortinas... O argumento sobre a importância da “contextualização”, remete ao posicionamento de um desses coletivos culturais, ao criticar a performance de outro. Foi a partir deste diálogo que pudemos tentar refletir sobre o alcance dessas propostas.

Um outro aspecto da contextualização, recai sobre a ocorrência da repetição. Houve grupos de contação que apresentaram a mesma história na biblioteca, por desconsiderar que já haviam transmitido aquela narrativa anteriormente. E não é apenas nesse sentido, mas também, quanto à forma desse conteúdo: em que a contação narra uma história repleta de signos que remetem a literatura, ao mundo rural, a fábula européia, etc., ou mesmo de uma origem mítica do folclore brasileiro, repleta de elementos da cultura popular, que se supõe universais. Esses enredos são retransmitidos, reprisados sob diversas formatações, criando fórmulas de “pastiche”⁹. Deste modo, segundo Jameson (2006, p. 28) “O plágio alusivo ou evasivo de motes antigos é também um dos aspectos do pastiche”.

[...] muitos desses projetos de intervenção, de iniciativa tanto do poder público como de Ong’s, em favelas, têm procurado

⁸ Esse conteúdo muitas vezes expressa a repetição da temática de uma infância antiga, mais distante: “[...] o que devemos guardar de tudo isso é, antes, um dilema estético: se a ideologia do eu singular – uma experiência e ideologia que nutriram as práticas estilísticas do modernismo clássico - são passado acabado, então não há mais clareza sobre o que se espera que os artistas e escritores do presente façam [...] não é apenas uma questão “psicológica”, temos que levar em conta o peso de 70 ou 80 anos do modernismo clássico. Autores e artistas do presente não serão mais capazes de inventar novos estilos e mundos” (JAMESON, 2006, p.25).

⁹ “[...] o pastiche, que é confundido com paródia, tem origem na linguagem das artes visuais. Tanto o pastiche quanto a paródia envolvem a mímica de outros estilos. Mas a paródia busca revelar o ridículo na natureza particular desses maneirismos estilísticos. [...] O pastiche é uma prática neutra de tal mímica, desprovida do motivo oculto da paródia, sem o impulso satírico” (JAMESON, 2006, p. 21-23).

mais um reequilíbrio entre os déficits sociais, pontuais para cada favela, do que uma mudança significativa no modo de vida desse contingente representativo da sociedade. O déficit de integração apresentado por grande parte dos moradores das áreas pobres das grandes metrópoles passa a exigir, cada vez mais, da sociedade e do poder público, ações mais efetivas e transformadoras e a nós, pesquisadores e cientistas sociais, é preciso um posicionamento mais rígido e radical, para podermos realizar análises mais críticas dessas ações, que por fim buscam uma sociedade mais digna e solidária (SOUZA, 2007, p. 146).

Tendo em vista que a Secretaria Municipal de Educação assumiu recentemente¹⁰ a gestão de 15 das bibliotecas da rede municipal – entre elas se encontra a do Dique – tentarei apontar, num breve relato, a partir da análise do discurso, um panorama do trabalho que se iniciou.

Este item, permitirá um contraponto interessante com a pesquisa realizada até a transferência, enquanto o equipamento pertenceu à Cultura.

A municipalidade carioca, mediante critérios não muito esclarecidos, resolveu transferir algumas bibliotecas que eram integradas originalmente à Secretaria de Cultura. Das 29 unidades da Cultura, 15 foram transferidas para a Educação, pelo Decreto 33.444, de 28 de fevereiro de 2011, publicado no Diário Oficial do Município do Rio de Janeiro em 1º de março de 2011, nas páginas 4 e 5.

Curiosamente, no seu artigo 2º, a Biblioteca de Santa Teresa é extinta e “passa a denominar-se, Biblioteca Escolar Municipal do Dique – José Lins do Rego”. Na prática, os funcionários de Santa Teresa foram lotados na Biblioteca do Dique e o acervo daquela unidade seria distribuído para outros equipamentos da Secretaria de Cultura.

O discurso que começa a se estabelecer como norteamento para a Educação, parece vislumbrar uma perspectiva de ação, com propostas mais concretas e estratégias programadas. A visitação à Biblioteca Parque de Manguinhos¹¹, cuja concepção pós-moderna é inspirada na Biblioteca de Medellín¹², na Colômbia, fez parte de uma avaliação interna e denota o tipo de inclinação conceitual da Secretaria.

Essa proposta procura ressignificar a própria concepção de biblioteca voltada para a multidimensionalidade que incorpora aspectos normativos, mas também culturais e educacionais, transformando-a num espaço mais interativo, acolhedor e atraente para crianças e jovens, redimensionando a ideia de inclusão social, quando agrega fontes alternativas de promoção do conhecimento, como a internet e recursos audiovisuais.

Entretanto, por não ser uma prioridade na hierarquia da política educacional mais focada nos desafios da escola pública, a biblioteca tem o seu processo de promoção de alternativas muito “desacelerado”.

Enfim, a biblioteca pública. Ela se aparta do sistema escolar. [...] Os municípios, cada um a seu modo, mantêm as suas, quase sempre dentro de uma precariedade que, ao se analisar o quadro, o problema maior do investigador é determinar se algumas saletas fechadas podem ser identificadas como biblioteca pública. Também não há nenhum órgão normalizador, parafraseando Mário de Andrade: elas existem cada uma por si e o Brasil contra todas. Portanto, as bibliotecas públicas não chegam a espantar aqueles que poderiam ver nelas algum perigo e nem chegam a entusiasmar pesquisadores que raramente se dignaram a olhar com menos superficialidade o que significam e o que poderiam significar no país. [...] A

10 Conforme Diário Oficial de 28/02/2011.

11 Site: <http://www.cultura.rj.gov.br/espaco/biblioteca-parque-de-manguinhos>.

12 Um modelo de intervenção em áreas precarizadas e violentas. Esta biblioteca também foi analisada por Petit (2009), como um importante ponto de reflexão para a sua pesquisa.

produção de uma reflexão sobre o assunto é infinitamente menor que aquela dedicada à escola ou à indústria cultural. Talvez o problema seja mais pertinente ao público que se relaciona tanto a uma quanto a outra: é infinitamente maior do que aquele ligado as bibliotecas públicas. A bibliografia aqui utilizada fragmenta-se por várias áreas do conhecimento, esforçando-se inutilmente por centrar-se em biblioteconomia (MILANESI, 1989, p.16).

Mesmo sendo uma iniciativa notável, tal promessa ensaia uma certa perspectiva de inclusão do corpo de funcionários na base da discussão, mas, na prática ainda acaba por projetar “verticalmente” outro tipo de “consumo”, mais uma vez idealizado, agora, a partir de outros marcos referenciais integradores, muito embora, nem sempre conectados com a localidade a ser inserido. Ou seja, assim como em parte “deseja” um leitor universal, iniciativas mais integradoras, articuladas para o consumo das classes populares, supõe uma periferia universal¹³.

Digo verticalmente, porque a implementação da política pública depende de decisões políticas. Como implementá-la, sem ainda, não se conhecer efetivamente esse público e tampouco o corpo funcional?

Um ponto que precisaria ser debatido - antes da formatação de um modelo de biblioteca ou de se buscar uma “musa inspiradora” - é que a biblioteca em questão é uma “estação de sociabilidade”, nos termos de David Harvey (2003), que reúne “trajetórias individuais” de distintos atores sociais. Um espaço social que “se transforma” ao abdicar em parte das primazias balizadoras de oferta e manutenção de acervo ao público, na tentativa de criar estratégias de incentivo à leitura “colaborativamente” com crianças e adolescentes.

A especificidade de cada lugar seria imprescindível para a elaboração das ações políticas. No caso mais exclusivo, a juventude do Dique, através de alguns de seus integrantes, são os usuários predominantes na biblioteca.

Portanto, em contraste com a política pública externa, a estratégia de incentivo à leitura realizada “de dentro” da unidade, que foi sendo construída e “negociada”, estimulou a presença desse “novo público” frequentador do espaço. A unidade deixava de ser “parada” e “chata”, se tornando mais atrativa e interessante, utilizando os preceitos da hospitalidade e da afetividade (PETIT, 2009), do prazer e da significação (ROGERS, 1977). A biblioteca, neste sentido, torna-se também, um espaço social infanto-juvenil, um espaço de “exercício” da juventude.

De acordo com Carlos Feixa (1999, p. 17), a ideia de “juventude” é entendida como uma condição universal, quando cita Stuart Hall em (Subcultures, cultures and class. London, Routledge): “La obra de Hall tuvo una enorme influencia, al difundir una imagen positiva de la adolescencia como etapa de moratoria social y de crisis, convenciendo a los educadores de la necesidad de dejar que «los jóvenes fueran jóvenes»”.

Supondo uma ideia absoluta sobre a concepção acerca da noção de “moratória social”¹⁴(GROPPO, 2015), podemos considerar que a mesma expira muito cedo no Dique – logicamente, dependendo de cada composição familiar no que diz respeito a renda, a escolaridade e ao tamanho da família.

É comum observar em famílias onde o número de irmãos é grande, que logo cedo, os jovens assumiam a responsabilidade dos cuidados sobre aqueles membros mais novos, inclusive bebês. Desde muito cedo – até crianças (de 9, 10, 11 anos) - esses indivíduos dividem as tarefas do lar, do cuidado com os mais jovens, de auxiliar economicamente a família, inclusive, em prejuízo da construção de trajetórias mais próximas do ideal de “juventude”. Digo, “em prejuízo”, porque

13 Contraditoriamente, o “desenvolvimento local” é escamoteado por uma série de propostas universalizante que, na pretensão de conhecer (inauguram um pressuposto), acabam “desconhecendo” a localidade: “Em relação às políticas locais, a situação é mais grave pois os governos dos estados e dos municípios, de modo geral, não estão preocupados com a biblioteca pública e não as veem como espaços estratégicos para o desenvolvimento local” (MACHADO, 2010, p. 108).

14 O sociólogo alemão Karl Mannheim desenvolveu o conceito de “moratória social” que diz respeito à separação relativa dos jovens do mundo adulto e público. Nesse processo de separação os jovens aprendem costumes e valores que os habilitem e os predisponham a assumir papéis sociais requeridos pela sociedade no processo de desenvolvimento da vida adulta.

desde cedo as crianças conseguem encontrar maneiras de brincar em concomitância com as responsabilidades, com o cuidado com os pequenos, como ficou demonstrado na experiência de campo em que presenciamos crianças mais velhas (8 e 11 anos) que brincavam de ser professoras dos mais novos (na brincadeira, os mais novos usavam crachás improvisados com pregadores, identificando os “alunos” pelo nome).

Segundo o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), no Brasil, as marcações que regulam as faixas etárias tuteladas que segmentam onde começa e termina a infância e a adolescência, são bem delimitadas de acordo com o art. 2º da Lei 8.069/1990 – o Estatuto da Criança e do Adolescente. Até 12 anos de idade incompletos considera-se o indivíduo como criança. Entre 12 e 18 anos é considerado adolescente. Entretanto, pudemos observar que esses determinantes biológicos também são muito fluidos, ao serem atravessados pelo social.

Pudemos observar também algumas categorias de infância, a partir do campo de observação da biblioteca. Por exemplo, as famílias com poucos filhos podem proporcionar mais oportunidades aos seus membros. É comum muitos meninos inscritos em escolinhas de futebol, com custeio de mensalidade, uniforme, material, passagem de ônibus, etc. Há até alguns casos (três) de crianças matriculadas em escolas particulares, geralmente, quando são filhos únicos, ou, no máximo, com dois irmãos.

Na maioria dos casos, em famílias mais numerosas, com mais de quatro irmãos, é muito comum que estes ajudem a cuidar dos pequenos (buscar na creche, cozinhar, cuidar em casa, levar para passear na rua, na biblioteca), a coletar material reciclável na rua para vender no “ferro velho”, ajudar algum parente num empreendimento ambulante (vender sorvete na praia, banca de frutas na feira do bairro, banca de Cds pirata, etc.), trabalhar como ajudante em serviços da construção civil (pedreiro) e principalmente, auxiliar nos serviços domésticos (limpar a casa, cozinhar, lavar roupa, lavar a louça, etc.).

Essas “responsabilidades” são exercidas muitas vezes em concomitância com as atividades da biblioteca. Mas nem sempre é possível. Em 2009, uma menina foi eleita, por votação, como a ganhadora do prêmio de 2º lugar, no concurso de Máscaras de Carnaval da Oficina de Artes. Entretanto, no dia da premiação, não pôde comparecer porque tinha que cumprir tarefas domésticas dentro de um horário preestabelecido. Segundo a regra daquela oficina, a premiação passaria para o candidato seguinte na votação. Ela ficou sem o prêmio. Somente 2 semanas depois conseguimos um acordo para poder premiá-la, quando ela pôde comparecer, num de seus “intervalos da juventude”. Essa menina, pertencia a uma das famílias mais numerosas entre os moradores da comunidade que frequentam a biblioteca. Muitas vezes pudemos perceber ela e os irmãos menores empurrando um “carrinho”, recolhendo material reciclável para vender no “ferro velho”. Essa “consciência familiar” era vivenciada com algumas tensões, mas de um modo geral, seus membros assumiam suas responsabilidades. Muitas vezes um irmão ou irmã mais velho (de 8, 9, 10 anos), trouxe para biblioteca um bebê de colo, que estava entregue a seus cuidados durante determinado período. Durante as atividades, as vezes outra criança amiga ficava segurando o bebê, para que o irmão ou irmã, pudesse participar das atividades. Quando já podia pelo menos engatinhar, o bebê poderia ficar mais “solto” pela biblioteca, sob o olhar vigilante desse pequeno responsável, junto com a colaboração dos amigos(as).

Segundo relato de terceiros, tomamos conhecimento de apenas um caso extremo de um menino, cujo parente próximo, o “colocava” para “vender bala no sinal” de trânsito. Basicamente, são as crianças que residem nos pontos da comunidade do Dique, que são mais próximos da biblioteca, os seus principais frequentadores.

Apesar da evidente ausência de equipamentos culturais, boa parte dessas crianças e adolescentes que frequentavam a biblioteca, fazem uso da *lan house* que fica próxima. Um espaço para “jogar online”, acessar redes sociais e sites de bate-papo.

A temporada de determinada brincadeira também é muito recorrente. Assim, existe o “tempo” de empinar pipa, de disputar bolas de gude, de jogar futebol, de jogar pião, etc. A vivência de “culturas infantis” é muito intensa na localidade.

Como já havia sido mencionado em Nonato (2003), a conformação social dentro de comunidades periféricas, como a do Dique, é um tanto heterogênea e a categoria juventude é um traço indelével disso. Existe a “juventude da biblioteca”, e digamos, “outras”, que “não passam”

pela biblioteca, embora, alguns de seus “membros” tivessem feito algumas investidas durante esse tempo. Foi o caso do Renan (15 anos) e do “Titane” (17 anos), que participaram de uma das edições do Campeonato de Futebol de Mesa realizado através do Projeto Futebol Literário¹⁵.

Para um certo grupo de jovens a biblioteca, provavelmente, não tem nenhum significado. Como o equipamento cultural fica numa pequena praça, muitas vezes esses jovens usam o entorno como ponto de encontro e de convivência. Escutam “funk” no celular, exibem motos, bebem cerveja e vão supostamente compartilhando signos do “universo adulto”, aproveitando os últimos momentos da sua “moratória social”, ou ainda, os intervalos em que ela pode ser exercida, de alguma forma. Além disso, foi interessante constatar que algumas meninas que foram usuárias assíduas, quando “cresceram”, e “ficaram mocinhas”, já não frequentavam a biblioteca. Já estão no “tempo de namorar” e o espaço vai adquirindo um significado mais relacionado à infância.

Mesmo num lugar supostamente homogeneizado como a Favela do Dique, existem espaços para exercer “as juventudes”, dentro dos “intervalos da juventude”.

Segundo Bourdieu (1983), a “juventude começa na escola”, no seu processo de composição histórico do direito à educação, da educação como um valor democrático, ao agrupar esses jovens no ambiente escolar e “forjar” ali um comportamento típico da “juventude”.

A escola vive uma ambiguidade que reside na relação de tutela *versus* a construção de espaço de sociabilidade que inclui a diversidade cultural, as diferenças, as “outras formas de ser”, fora do padrão homogeneizador da “fábrica de indivíduos”. Na atualidade, o que a escola oferece não cabe na socialização popular, sob o ponto de vista do “arbitrário cultural” da escola. A referência cultural da escola é única, melhor, mais adequada ao processo de formatação de indivíduos com base na lógica civilizadora do Estado Nação. Neste sentido, portanto, estar na escola é abrir mão de parte de suas referências. De acordo com esta perspectiva, as crianças chegam na escola com processos de socialização diferentes.

Por outro lado, a partir da “emergência do local”, segundo Ivana Bentes (2007) organizando de maneira autônoma a própria produção cultural periférica levando-se em conta as “categorias nativas” e seu capital cognitivo, suas diferenças e outras leituras. Segundo a autora, [...] nós temos uma oportunidade histórica de experimentar outros modelos de políticas públicas, ainda embrionários, redes socioculturais, que funcionam justamente de forma horizontal, acentrada, rizomática (BENTES, 2007).

A Biblioteca do Dique, de certa forma, dentro de circunstâncias mais ou menos precisas, dialogou com algo além de suas atribuições, quando se aproximou desta dimensão. Dialogou com um espaço de intervenção, mas também, de acolhimento de “reconstrução de si”¹⁶ (PETIT, 2009), de experiências como o “frevo-funk”, de “novas formas de sociabilidade” onde “os meios de produção cultural se disseminam e os meios de comunicação e informação que estão sendo massificados, internet, câmeras digitais, celular, impressoras, servem a quem quer se tornar produtor de cultura” (BENTES, 2007). Baseada nos preceitos da “aprendizagem significativa”, da autoria, da perspectiva do “leitor/escritor”, condições dialógicas de interação. Neste sentido, está a dimensão do afeto, da hospitalidade, do prazer.

Hoje, com a suposta precarização da escola, o jovem passa pela mesma sem se tornar estudante, permanecendo “aluno”¹⁷, a partir de uma perspectiva assimilacionista. De certa forma, transferindo essa concepção para a biblioteca, ele passa também por esta sem se tornar “um típico leitor”.

No caso, a biblioteca acaba funcionando como o espaço de refúgio da infância principalmente, mas também, da juventude. Um refúgio, um intervalo regido por essa juventude ambígua, ora “brincante”, ora adulta, que transita entre o universo das “carências” e das potencialidades.

Por exemplo, uma moça de 19 anos, de nome T., sempre gostou muito de fazer empréstimo de livros sobre a arte dos grandes pintores, coleções adultas ou infanto-juvenis que resumissem a obra e o estilo de determinado artista. Numa conversa informal, fizemos uma brincadeira

15 A atividade em questão constitui-se de um campeonato de futebol de botão em que os jogadores eram personagens destacados na literatura como Machado de Assis, José Lins do Rego, Graciliano Ramos, Rachel de Queiroz, entre outros.

16 A Arte de Ler: “[...] tais processos se davam por meio de apropriações singulares às vezes até desviando-se dos textos lidos [...] o que permitia escrever sua própria história nas entrelinhas” (2009, p. 23).

17 Fazemos uma inferência particular acerca do significado da palavra aluno “sem luz”.

mencionando que ela poderia “acabar virando” uma professora de artes, de tanto que alugava livros sobre o tema. A resposta dela nos causou impacto: “Eu posso?!” indagou espantada. Ela não sabia que existia uma cadeira de professor de artes na escola pública.

Sob outro aspecto, essa juventude que se apresenta no Dique, também está globalizada em contato com novas tecnologias, redes de relacionamento, internet, tv à cabo, etc., também “ama” Justin Bieber e já assistiu a algum clipe de Lady Gaga. Assim como foi possível um jovem mexicano de uma região pobre e degradada se aproximar do punk britânico dos “Sex Pistols” (FEIXA, 1999:8), portanto, as possibilidades de integração das “juventudes” se dão também numa dimensão ora assimilacionista, ora autônoma, numa complexa de rede de inclusão e exclusão, entre esses fatores.

Por conta de fatores como esses, as políticas para a biblioteca pública, comunitária e escolar prescindem da percepção desses sujeitos sociais, das suas localidades, das suas especificidades contingentes. Portanto, antes de investir maciçamente numa proposta carregada de pressupostos sobre a periferia, a formação de leitores e suas facetas, seria fundamental investir em pesquisa, em aprofundar o conhecimento sobre os lugares ajustando o investimento às suas potencialidades latentes. Mas, antes de tudo isso, seria preciso avaliar os processos anteriores, seus resultados, suas falhas, seus avanços. Caso contrário, tal ação poderia incorrer em desperdício de recursos materiais e humanos

Se quisermos instalar processos de elaboração de políticas públicas transparentes, que interfiram positivamente na triste realidade apresentada pelo primeiro Censo de Bibliotecas Públicas, precisaremos aprofundar nossos estudos e lançar mão de metodologias que nos ajudem a explicar as causas e consequências de determinadas ações governamentais. Avançar nessa área nos ajudará a entender melhor as relações entre Estado, política e sociedade (MACHADO, 2010, p. 108-109).

Como foi visto anteriormente, quando se ocupa de uma categoria única de “favela” a política pública procura homogeneizar as políticas saneadoras, como fora sucedido com o citado Programa Favela-Bairro. No caso da política cultural, a proposta estatal é conduzida sob a mesma perspectiva: da incompletude, da ausência, da necessidade de formação para o consumo de uma “cultura idealizada”, impingida verticalmente para uma assimilação a partir dos pré-requisitos desta mesma “cultura”.

Entretanto, essa juventude da periferia carioca também produz “culturas”, nos termos da pesquisadora Ivana Bentes (2007), através do funk, por exemplo. Mas também, a partir dos “usos” e apropriações dos requentadores, das “culturas infantis”, construindo “categorias nativas”, excluídas, mas, ao mesmo tempo, incluídas na sociedade, através de seus valores e representações, porque fazem parte dela.

Valladares (2005, p. 162-163) discute o surgimento de um novo ator social “oriundo da favela com um diploma superior”, sinalizando o momento em que o ponto de vista dos “doutores da favela” substituiria aquele legitimado pelos “doutores em favela”. Dentro desta lógica, reside a especificidade local que procuro discutir sobre o equipamento cultural: o momento de transcendência e de hibridização do seu papel assimilacionista/funcionalista para o seu potencial “criador” de cultura.

A Lei Orgânica do Município do Rio de Janeiro, Seção III, Da Cultura, no seu artigo 341, afirma que “As bibliotecas municipais desempenharão a função de centro cultural da localidade onde se situarem e terão por atribuição orientar, estimular e promover atividades culturais e artísticas”. Em outro texto legal, o Decreto Federal nº 6.226, de 4 de outubro de 2007, o Presidente da República instituiu o Programa Mais Cultura, demarcando objetivos norteadores¹⁸, pautados pela produção

18 “I – ampliar o acesso aos bens e serviços culturais e meios necessários para a expressão simbólica, promovendo a autoestima, o sentimento de pertencimento, a cidadania, o protagonismo social e a diversidade cultural; II – qualificar o ambiente social das cidades e do meio rural, ampliando a oferta de equipamentos e dos meios de acesso à produção e à expressão cultural; e III – gerar oportunidades de trabalho, emprego e renda para trabalhadores, micro, pequenas e médias empresas e empreendimentos da economia solidária do mercado cultural brasileiro” (BRASIL, 2007, p. 1).

cultural e pela autonomia.

Se entendemos a biblioteca como um Centro Cultural, precisamos cuidar de fazer junto com toda a equipe escolar uma programação com diversas atividades para o ano letivo: contação de histórias, debates, entrevistas, depoimentos, histórias de leituras narradas pela comunidade escolar, recital de poesia, concursos, dramatização, jogos, hora do conto, teatro de fantoches, coral, etc. Ao elaborarmos essa programação, como uma forma de aproximar alunos e livros, podemos incluir a divulgação dos recursos da biblioteca, tais como: livros, revistas, discos infantis ou fitas cassetes com canções e histórias infantis, gibis, informações, filmes, fotografias, jogos, brinquedos, etc. Essas atividades precisam ser muito bem planejadas e variadas para que a biblioteca se torne um lugar atraente e significativo para as crianças. O uso de diferentes recursos possibilita diferentes experiências e visões de mundo (VIEIRA, 2008, p. 27).

Entretanto, a biblioteca tenta a reproduzir de forma naturalizada os pressupostos de ordenamento e controle dos corpos, tal como a crítica pertinente à escola. Essa biblioteca, assim como essa escola, estão voltadas para recepcionar um público dentro de uma expectativa concebida para um ideário simbólico. Tal público estaria mais condizente com um tipo ideal weberiano¹⁹ letrado de classe média.

Sem que seus objetivos sejam discutidos ou alterados na prática, tanto a biblioteca, quanto a escola, fazem apenas com que se perpetue a lógica do funcionalismo público como visto em Milanesi (1989), da mesma forma que asseverou Weber (2009), no tocante as “rotinas estanques” enraizadas pela burocratização. De acordo a mencionada legislação, entendo que a biblioteca que atuará como centro cultural não é mais tão somente uma biblioteca.

Não preconizamos aqui a dissolução dos vínculos profissionais entre a biblioteca e os bibliotecários, não temos essa pretensão, nem este objetivo. Mas acreditamos que os serviços com livros, no que tange aos propósitos de acesso, manutenção e ordenamento são de responsabilidade exclusiva do bibliotecário, as atividades na biblioteca sob este novo aspecto não exatamente.

Quando a legislação não estabelece precisamente os parâmetros para a atuação profissional dentro desse novo espaço, faz com que a política pública seja pensada nos gabinetes, verticalmente. Isso favorece a implementação da lógica da redução de custos sociais, onde a “Política de Eventos” ganha espaço e substitui, com grande eficiência visual, o investimento permanente que caracteriza, ou deveria caracterizar os investimentos em educação.

A legislação, com esta contradição de inspirar a vivência de centros culturais, mas não estabelecer parâmetros para a inserção permanente de profissionais atuantes ainda focaliza a “Política de Eventos”, que de forma sazonal surgirão nos locais na mesma medida que sumirão, no mesmo dia, ou na brevidade dos dias seguintes.

Instituições como a Biblioteca do Dique significam a possibilidade de um complemento à escola, pautado por atividades mais lúdicas e de interesse dos educandos. Aos poucos a iminência do social vai demandando mudanças e permeando as estruturas.

A atuação das crianças e adolescentes na biblioteca, retratada através desta pesquisa é uma forma de compreender não apenas a resignificação do espaço por parte das mesmas, mas os limites do modelo institucional, que cria expectativas sobre um usuário idealizado²⁰, pronto para

19 Por definição “O tipo ideal é, pois, um misto de relações abstratas e de dados históricos e contingentes [...] subordinados a duas relações simples evidentes mas abstratas entre os objetivos, as restrições e os recursos dos atores e a compatibilidade dessas relações elementares no interior de combinações efetivamente realizadas” (BOUDON & BOURRICAUD, 2007).

20 O consumo de textos não literários nas bibliotecas públicas da Cidade do Rio de Janeiro, foi apontado pela investigação realizada em 2005, que já denota um alargamento prático do sentido da biblioteca: “De certa forma, esses dados conduzem a uma representação dessacralizada do estatuto do texto literário, tão cara a uma perspectiva idealista, ancorada na essência da obra” (SILVA, 2005).

interagir como um “autômato”. No espaço da biblioteca o indivíduo é “despersonalizado”¹⁵⁰: a ação deste indivíduo no espaço é ritualizada e sacralizada.

O esgotamento deste modelo de biblioteca que atende crianças e jovens parece, de certa forma, evidente. A organização institucional trabalha para um sujeito social que quase não existe no cotidiano, e mesmo assim, continua a esperar por ele, e ao mesmo tempo, não se importar se ele aparece ou não.

Referências

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE EDITORES DE LIVROS ESCOLARES. **Retrato da leitura no Brasil**. São Paulo: Franceschini, 2001. 1 Cd-rom.

BARBOSA, Maria Carmen Silveira. Culturas escolares, culturas de infância e culturas familiares: as socializações e a escolarização no entretecer destas culturas. **Educação & Sociologia**, Campinas, v. 28, n. 100, p. 1059-1083, out. 2007. Especial. Disponível em: <<http://www.cedes.unicamp.br>>. Acesso em: 20 mar. 2012

_____. **Por amor & por força**: rotinas na educação Infantil. Campinas: [s.n.], 2000.

BATISTA, Pollyana da Silva. **Biblioteca escolar no Brasil**: um estudo sobre vários aspectos. 2009. 122 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização) - Departamento de Ciência da Informação e Documentação, Universidade de Brasília, Brasília, 2009.

BENTES, Ivana. **Redes Colaborativas e Precariado Produtivo**. Revista Global, Rio de Janeiro, n.8, p. 4-6, mar./maio. 2007.

BOUDON, Raymond; BOURRICAUD, François. **Dicionário Crítico de Sociologia**. São Paulo: Ática, 2007.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

_____. **Questões de Sociologia**. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1983.

BRASIL. Decreto nº 6.226, de 4 de outubro de 2007. Institui o Programa Mais Cultura. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 05 out. 2007, Seção 1, p. 15.

CANCLINI, Nestor Garcia. **Culturas híbridas**: estratégias para entrar e sair da modernidade. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008.

_____. **Consumidores e cidadãos**: conflitos multiculturais. Rio de Janeiro: UFRJ, 1999.

CASTRILLON, Silvia. A sociedade civil pede a palavra: políticas públicas de leitura e escrita e participação social. In: LUCCHESI, Marco (Org.). **Formação dos leitores e construção da cidadania**. Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional, 2008. p. 23-30.

CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano – 1**: artes de fazer. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998.

_____. **A invenção do cotidiano – 2**: morar, cozinhar. Petrópolis, RJ: Vozes, 1996.

CHARLOT, Bernard. **A pesquisa educacional entre conhecimentos, políticas e práticas**: especificidades e desafios de uma área de saber. Revista Brasileira de Educação, Rio de Janeiro, v. 11 n. 31, p. 7-18, jan./abr. 2006.

CHARTIER, Roger. **Práticas da leitura**. São Paulo: Estação Liberdade, 1996.

CHAVEIRO, Eguimar Felício; ANJOS, Antonio Fernandes dos. A periferia urbana em questão: um estudo socioespacial de sua formação. **Boletim Goiano de Geografia**, Goiânia, v.27, n.2, p.181-197, 2007.

COELHO NETO, José Teixeira. **Dicionário crítico de política cultural**: cultura e imaginário. 3.ed. São Paulo: Iluminuras, 2004.

DOMINGUES, Alvaro. **(Sub)úrbios e (Sub)urbanos**: o mal estar da periferia ou a mistificação dos conceitos? *Geografia: Revista da Faculdade de Letras*. Porto, v. XIX, n. 1, p. 5-18, 1994.

DURAND, Gilbert. **As estruturas antropológicas do imaginário**. Lisboa: Editorial Presença, 1989.

ELIAS, Norbert; SCOTSON, J. **Os estabelecidos e os outsiders**: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade. Rio de Janeiro: Zahar, 2000.

FARIA, Ana Lucia Goulart de; DEMARTINI, Zeila de Brito Fabri; PRADO, Patrícia Dias (Orgs.) **Por uma cultura da infância**: metodologias de pesquisa com crianças. Campinas, SP: Autores Associados, 2009, 254.

FEIXA, Carlos. **De jovens bandas e tribos**. Barcelona: Ariel, 1999.

FERNANDES, Florestan. As "Trocinhas" do Bom Retiro: contribuição ao estudo folclórico e sociológico da cultura e dos grupos infantis. **Pro-Posições**, Campinas, v. 15, n.1- 43, p. 229-249, jan./abr. 2004.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

FREIRE, Paulo. **A importância do ato de ler**. São Paulo: Cortez, 1989.

_____. **Professora sim, tia não**. São Paulo: Olho D'água, 1995.

Goulart de; DEMARTINI, Zeila de Brito Fabri; PRADO, Patrícia Dias (Orgs.) **Por uma cultura da infância**: metodologias de pesquisa com crianças. Campinas, SP: Autores Associados, 2009. p. 49-68.

GARFINKEL, Harold. **Estudios en Etnometodología**. Rubí (Barcelona): Anthropos, 2006.

GOFFMAN, Irving. **A representação do eu na vida cotidiana**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

_____. **Ritual de interação**: ensaios sobre o comportamento face a face. Petropolis, RJ: Vozes, 2011.

GOTZENS, Concepción. **A disciplina escolar**: prevenção e intervenção nos problemas de comportamento. Porto Alegre: Artmed, 2003.

GROPPO, Luís Antóio. **Teorias críticas da juventude**: geração, moratória social e subculturas juvenis. *Revista eletrônica Em Tese. PPPPGUFSC*
<<https://periodicos.ufsc.br/index.php/emtese/article/view/1806-5023.2015v12n1p4>> Acesso em 17/05/2016.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Centauro, 2006.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

HARVEY, David. **Condição pós-moderna**: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural. São Paulo: Loyola, 2003, 255.

JAMESON, Fredric. **A virada cultural**: reflexões sobre pós-modernismo. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

MACHADO, Elisa Campos. Análise de políticas públicas para bibliotecas no Brasil. **Revista Ciência, Informação e Documentação**, Ribeirão Preto, v. 1, n.1, p. 94-111, 2010.

COELHO NETO, José Teixeira. **Dicionário crítico de política cultural**: cultura e imaginário. 3.ed. São Paulo: Iluminuras, 2004.

MILANESI, Luis Augusto. **Ordenar para desordenar**. São Paulo: Brasiliense, 1989.

NONATO, Denise. **Favela de cimento armado**: um estudo de caso sobre a organização comunitária de um conjunto habitacional. 2003. 226 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2003.

PETIT, Michèle. **A arte de ler**: ou como resistir à adversidade. Rio de Janeiro: Editora 34, 2009.

PIAGET, Jean. **Para onde vai a educação?** Rio de Janeiro: J. Olympio, 1977.

PLAISANCE, Eric. Para uma sociologia da pequena infância. **Educação e Sociedade**, Campinas, v. 25, n. 86, p. 221-241, abr. 2004. Disponível em: <<http://www.cedes.unicamp.br>>. Acesso em: 20 mar. 2012.

PRIMO, Alex F. T.; RECUERO, Raquel da Cunha. Hipertexto cooperativo: uma análise da escrita coletiva a partir dos Blogs e da Wikipédia, **Revista FAMECOS**, Porto Alegre, n. 22, p. 54-63, dez. 2003.

QUINTEIRO, Jucirema. Sobre a emergência de uma sociologia da Infância: contribuições para o debate. **Perspectiva**, Florianópolis, v.20, p. 137-162, jul./dez. 2002. Edição especial.

RIBEIRO, Francisco Aurelio. O papel da leitura e da literatura no século XXI. In: LUCCHESI, Marco (Org.). **Formação dos leitores e construção da cidadania**. Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional, 2008. p. 59-64.

ROGERS, Carl. **Tornar-se pessoa**. Lisboa: Moraes Editores, 1977.

SILVA, Ezequiel Theodoro da. **Leitura na escola e na biblioteca**. São Paulo: Papyrus, 1986.

SILVA, Márcia Cabral da et al. **Relatório parcial da pesquisa sobre A rede de bibliotecas Populares da cidade do Rio de Janeiro e a Formação de Leitores**. Rio de Janeiro, 2005. Mimeografado.

SILVA, Marco. **Sala de aula interativa**. Rio de Janeiro: Quartet, 2002.

SOARES, Rubenita Barros. “Biblioteca Comunitária como Alternativa às Bibliotecas Públicas e Escolares e o Papel Social do Profissional Bibliotecário: relato de Experiência”. In: **Encontro Nacional de Estudantes de Biblioteconomia, documentação, Gestão e Ciência da Informação**. 2010, João Pessoa, PB. [Trabalhos apresentados]. Disponível em: <<http://dci.ccsa.ufpb.br/enebd/index.php/enebd/article/viewFile/118/134>>. Acesso em: 20 mar. 2012.

SOUZA, Rogério Ferreira de. Na lógica da inserção: trabalho, favela e o novo perfil do agente comunitário. In: CARVALHO FILHO, Sílvia de Almeida et al. **Deserdados**: dimensões das desigualdades sociais. Rio de Janeiro: Ed. H. P. Comunicação, 2007. p. 125-147.

VALLADARES, Licia do Prado. **A invenção da favela**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2005.

VIEIRA, Adriana Silene et.al. Organização e uso da biblioteca escolar e sala de leitura. In: LUCCHESI, Marco (Org.). **Pró-letramento**: Programa de Formação Continuada de Professores dos Anos/Séries Iniciais do Ensino Fundamental - alfabetização e linguagem. Brasília: Ministério da Educação e Cultura, 2008. p. 1-45.

WEBER, Max. **Economia e sociedade**. Brasília, DF: Editora UNB, 2009.

Recebido em 16 de junho de 2016
Aprovado em 17 de agosto de 2016